

## 68º CONAD

**UNIFICAR AS LUTAS ANTICAPITALISTAS:**  
CONTRA O COLAPSO SOCIOAMBIENTAL E EM DEFESA DA VIDA E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA  
**11,12 E 13 DE JULHO DE 2025 - MANAUS-AM**



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?



## Vem aí o 68º Conad do ANDES-SN!

Saiba mais sobre o evento e as imagens que compõem a arte de divulgação **Pág. 3**

Governo Trump ameaça a autonomia universitária nos EUA **Págs. 8 e 9**

Entrevista: Gustavo Seferian avalia os dois anos de gestão **Págs. 10 e 11**

A publicação desta edição do InformANDES coincide com o encerramento do mandato da diretoria que esteve à frente do ANDES-SN entre 2023 e 2025. Neste intervalo, enfrentamos de frente as diversas incursões do capital contra a educação.

Realizamos importantes greves e lutas em universidades estaduais, municipais e distrital por democracia, autonomia, financiamento, salários e carreira. A grande greve da Educação Federal de 2024 lutou pela revogação de todo o entulho autoritário deixado pelos governos de Temer e Bolsonaro e pressionou o governo Lula para dar respostas às nossas reivindicações por salário, orçamento, carreira e aposentadoria.

Em todas as lutas que mobilizaram os setores das Ifes, Iees, Imes e Ides houve uma forte ênfase na defesa da carreira. Foi neste contexto que ocorreu o 15º Conad Extraordinário do ANDES-SN, o qual atualizou o projeto de carreira do Sindicato Nacional e reafirmou nossa defesa da carreira única.

Realizamos campanhas que expressam as diferentes frentes de lutas: "Funpresp: Garantia de Incertezas", "Lutar não é Crime", "Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: quem conhece, defende!" e "Sou docente Antirracista". A última campanha se espalhou por uni-

versidades, institutos federais e Cefets, denunciando as múltiplas manifestações do racismo em nossos locais de trabalho.

Da mesma forma, atividades como o Seminário "A [re]existência a partir da Amazônia: diálogos, desafios e lutas!" serviram para o ANDES-SN aprofundar debates sobre a crise ambiental, além de avançar em articulações com os povos indígenas. Também participamos do Acampamento Terra Livre, prestamos apoio às lutas dos povos indígenas e apoiamos mais organicamente o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

O ANDES-SN avançou em sua política internacionalista: manifestamos nossa irrestrita solidariedade ao povo palestino e refinamos nosso programa de denúncia do genocídio dirigido pelo Estado de Israel. Ao mesmo tempo, avançamos em nossas articulações internacionais com outras entidades que lutam pela educação pública, organizando o III Congresso Mundial Contra o Neoliberalismo na Educação, em 2024.

O ANDES-SN cresceu no último período. Crescemos quantitativamente com novos sindicalizados, com o retorno da ADUFC e da ADUFSCAR, e com a homologação de novas seções sindicais: Aduenp, Apro-Uncisal, Sindfames e Sindundf.

Também crescemos politicamente, com o surgimento de novos grupos de

trabalho: o GT Multicampia e Fronteira (GT Multi-Front) e o Grupo de Trabalho de Organização Sindical de Oposições (GTO). A criação do GTO foi um passo histórico para nosso sindicato, expressando os avanços político-organizativos na luta contra a atuação da federação fantoche. Foi neste período que o ANDES-SN, rejeitando concepções do sindicalismo fantoche e pelego, reafirmou alguns princípios básicos, como a defesa da presencialidade para os processos de discussão e deliberação do sindicato nacional.

O futuro não será fácil. Ameaças de reforma administrativa e cortes orçamentários estão no horizonte imediato. Ao mesmo tempo, enquanto permanece um enorme déficit político e organizativo da classe trabalhadora, a extrema direita cresce diante dos erros e escolhas do governo Lula. Segue sendo uma tarefa central construir uma alternativa da classe trabalhadora, capaz de fazer avançar nossas lutas em defesa de direitos, por liberdades democráticas, pelo fim da escala 6x1, pela taxaço dos super-ricos e contra todas as formas de opressões.

Nesta conjuntura, se torna ainda mais central reafirmar o ANDES-SN como sindicato democrático, de luta e pela base! Tarefa que agora terá à frente a nova diretoria, que tomará posse em 11 de julho durante o 68º Conad.

# #Fona! Zema!

Zema sai, patrimônio mineiro FICA!



## Em defesa das estaduais mineiras!

### EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // E-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregenio MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Letícia Figueiredo DrT 4124/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

# Manaus sediará o 68º Conad do ANDES-SN nos dias 11, 12 e 13 de julho

**L**ocalizada no coração da Amazônia, Manaus (AM) será palco do 68º Conad do ANDES-SN, de 11 e 13 de julho, no campus da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), considerado o terceiro maior fragmento de floresta em área urbana do mundo e o primeiro do Brasil, com cerca de 6,7 milhões de metros quadrados. O evento terá como tema central “Unificar as lutas anticapitalistas: contra o colapso socioambiental, em defesa da vida e da educação pública” e será sediado, pela primeira vez, pela Associação dos Docentes da Ufam (Adua – Seção Sindical).

Resultado da luta de docentes da centenária Ufam, a Adua SSind. foi criada em 28 de outubro de 1979, durante a ditadura empresarial-militar no país. Em sua Carta de Princípios, a entidade defende uma universidade com perfil amazônico, comprometida com o acesso e a permanência de populações originárias, ribeirinhas e urbanas. A Seção Sindical representa atualmente 935 docentes, que atuam nos campi de Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara, Manaus e Parintins, consolidando-se como uma universidade multicampi.

## 68º Conad

Segunda maior instância deliberativa do Sindicato Nacional, além da atualização dos planos de lutas da categoria e votação das contas da entidade, o 68º Conad também dará posse à nova diretoria do Sindicato Nacional para o biênio 2025-2027. Para a 1ª vice-presidenta da Regional Norte I e presidenta da Adua SSind., Ana Lúcia Gomes, a realização do Conad no Amazonas coloca a região em evidência e representa uma importante oportunidade de ampliação do debate sobre as complexas questões socioambientais que afetam a região amazônica.

“Realizar um evento da mag-

nitude do Conad do ANDES-SN no Amazonas é uma oportunidade de reverberar essas questões, levantar novos questionamentos e mostrar à sociedade as atividades do sindicato. É importante conhecer a região para discutir essas temáticas e buscar formas de protegê-la”, afirmou.

## Identidade Visual

A ilustração do 68º Conad expressa os contrastes vividos pela população amazônica frente ao avanço destrutivo do capitalismo sobre a região. A identidade visual utiliza grafismos indígenas que remetem ao Mak Gho Kuahi (Peixe Kuahi Grande), cujos losangos simbolizam a migração coletiva dos peixes rio acima em busca de locais de desova, enfrentando adversidades — uma metáfora para a luta coletiva da categoria docente.

A figura central representa a Amazônia personificada como uma mulher indígena, a

Mãe Terra, fonte dos rios e florestas, adornada com emblemas dos povos originários. O conjunto visual reforça os valores do ANDES-SN, como o respeito às diferenças. A arte é assinada pelo designer nortista Yan Bentes, natural de Juruti (PA), que se inspira no imaginário amazônico e entrelaça elementos naturais, sociais e culturais para representar a diversidade da região.

Para a Adua SSind., a luta por uma Amazônia livre do desmatamento criminoso, do genocídio dos povos indígenas, da mineração desenfreada e da brutal violência contra seus defensores e defensoras deve ser de toda a categoria docente. “É necessário atualizar as estratégias da categoria docente em defesa da vida em primeiro lugar, lutar por espaços dignos de trabalho, livres de racismo, violência, discriminação e homofobia, e intensificar a luta por um ambiente mais saudável e sustentável. É com esse espírito de resistência e acolhimento que a Adua SSind. recebe, de braços abertos, todas e todos que desejam — e precisam — conhecer um pedacinho da imensa Amazônia, patrimônio natural do Brasil”, concluiu a presidenta da Seção Sindical.



Acesse o Guia de Luta do 68º Conad no QrCode.



INK  
IBEN  
TES

# Um ano de descaso: docentes cobram governo por acordo de greve não cumprido e orçamento das IFE



ocorreram ações locais entre os dias 2 e 10, a Plenária da Educação Federal em 11 de junho, e manifestações em Brasília no dia 12, em frente ao MEC e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), durante reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). No dia 17, um novo protesto foi realizado contra a reforma administrativa, no anexo II da Câmara dos Deputados.

## Plenária da Educação Federal

A Plenária Nacional da Educação, realizada no dia 11 de junho, contou com representações do ANDES-SN, do Sinasefe, da Fenet, da Ubes, e da Fasubra. As entidades destacaram o descaso do governo federal por não cumprir pontos dos acordos de greve, a luta pela recomposição do orçamento destinado às Ifes e a ameaça da reforma administrativa no Congresso Nacional. Foi debatida a necessidade de intensificar a luta em defesa da Educação Pública, junto ao governo federal e ao Congresso Nacional.

"A realização de atividades conjuntas, seja com Sinasefe, Fasubra e com o movimento estudantil, é fundamental para que a gente consiga avançar em pontos da nossa luta. Um grande desafio é a recomposição do orçamento das instituições, que tem impacto em diversas pautas das entidades do setor da Educação Federal e do movimento estudantil, como a assistência estudantil, que é uma questão essencial para a manutenção do funcionamento das nossas instituições de ensino. Nesse sentido, realizar uma plenária conjunta, reuniões semanais que possibilitem a discussão e pensar num calendário de atividades em conjunto é fundamental. Nós temos, como eu disse, diversos desa-

A categoria docente das Instituições Federais de Ensino (IFE) intensificou a mobilização em defesa da Educação no mês de junho. Entre os principais pontos da pauta estão: o cumprimento integral dos acordos de greve, a recomposição orçamentária das universidades, institutos federais e Cefets e o enfrentamento à reforma administrativa.

Em 27 de junho, completou um ano da assinatura do Termo de Acordo nº 10/2024. Nesse período, das nove cláusulas, apenas duas foram integralmente cumpridas e com atraso. "Após um ano do final da nossa greve há diversos pontos que o governo não cumpriu, essa morosidade indica um descaso com a categoria e a educação pública. Esse descaso não é observado com os grandes empresários da educação e as fundações, que inclusive, estão dentro do MEC", criticou Clarissa Rodrigues, 2ª vice-presidenta da Regional Leste do ANDES-SN.

Em reunião realizada no dia 13 de junho, o Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) definiu uma agenda de mobilizações nos locais de trabalho e em Brasília (DF), em alusão ao aniversário de um ano do fim da greve. O objetivo foi pressionar para que o governo cumpra integralmente o acordo assinado. Entre as deliberações estava o Dia Nacional de Luta pelo Cumprimento Integral do Acordo, ocorrido em 26 de junho, com paralisações e atos em todo o país. Na capital federal, um protesto foi realizado em frente ao Ministério da Educação (MEC) às 10h, em conjunto com Sinasefe e Fasubra.

O Setor das Ifes decidiu ainda realizar rodada de assembleias nas seções sindicais para discutir os itens do acordo que ainda não foram cumpridos e intensificar a campanha de denúncia contra Rui Costa,

ministro-chefe da Casa Civil, como inimigo da carreira docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Desde o início do ano, a minuta que altera o Decreto 1590/95, que trata do controle de frequência das e dos docentes da carreira EBTT, aguarda assinatura na Casa Civil.

Os atos também cobraram a recomposição do orçamento das IFE, ressaltando que apesar da reversão do contingenciamento realizado em maio, os recursos destinados a universidades, institutos federais e cefets ainda está aquém do necessário. "Mesmo com o novo decreto, 12477/25, a situação é muito grave. As trabalhadoras e trabalhadores terceirizados estão sendo demitidos em diversas instituições. Trabalhos de campo e excursões curriculares estão sendo canceladas. Tudo isso coloca em risco o funcionamento, com a qualidade necessária, das instituições", alertou Clarissa, sobre a situação financeira das IFE.

Ao longo de junho, diversas atividades marcaram a Jornada de Mobilização. Além do Dia Nacional de Luta pelo Cumprimento Integral do Acordo no dia 26 de junho,



fios colocados, seja do ponto de vista do cumprimento do acordo, seja de questões novas, que vêm surgindo após a nossa greve", afirmou Clarissa Rodrigues, que representou o ANDES-SN na mesa da Plenária.

### Entrega de cartas ao MEC e reunião da Mesa Nacional

No dia 12 de junho pela manhã, o ANDES-SN e o Sinasefe cobraram os pontos do acordo não cumpridos, por meio da entrega de cartas ao MEC, antes da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). Os documentos exigem, mais uma vez, resposta a diversos assuntos pendentes como a publicação imediata da alteração do Decreto nº 1590/95; cronograma para o Grupo de Trabalho (GT) que trata das temáticas reenquadramento de aposentadas e aposentados, 'entrada lateral', e a revogação da Instrução Normativa nº 15/2020; informações atualizadas sobre a situação orçamentária após o Decreto nº 12.477/25; a publicação de portaria substitutiva que trata de regulamentação das atividades da cate-

goria EBTT após finalização das atividades do Grupo de Trabalho; informações a respeito da aplicação Decreto nº 12.374/2025 e da Instrução Normativa SGP/MGI nº 122, de 21 de março de 2025, que alteram critérios e procedimentos do estágio probatório.

O ANDES-SN solicitou também posicionamento do MEC acerca da Instrução Normativa SRT/MGI nº 71, de 19 de fevereiro de 2025, que altera o pagamento de auxílio-transporte. Na circular nº 258/2025, encaminhada às seções sindicais no dia 6 de junho, o ANDES-SN ressaltou que as situações de aplicação da IN nº 71/2025 variam internamente em cada instituição. "De modo geral, o que destacamos é a necessidade de enfrentar, no espaço de autonomia das seções sindicais, os aspectos de legalidade das providências que estão sendo tomadas em cada local de trabalho. De modo específico, no âmbito nacional, estamos levando este problema para os espaços de negociação considerando, inclusive, sua contradição com os termos do Acordo de Greve", afirma o documento.

Ainda no dia 12 de junho, no período da tarde, ocorreu a 11ª Reunião da MNNP, no MGI, em Brasília (DF). A reunião era aguardada com expectativa pela categoria, mas não trouxe qualquer devolutiva por parte do governo federal à pauta de reivindicações protocolada em 31 de janeiro. Do lado de fora do prédio, manifestantes protestavam, enquanto representantes de entidades sindicais, do Fonasefe, do Fonacate e de centrais sindicais participavam do encontro com o governo.

Em vez de tratar da pauta das categorias, o secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, alterou a pauta acordada para debater a reforma administrativa. Feijóo apresentou ainda alguns pontos que, conforme ele, seriam centrais na defesa do governo em relação ao serviço público, como a estabilidade das servidoras e dos servidores públicos e a indexação do salário mínimo. Apresentou também algumas diretrizes do que pensa o governo do ponto de vista de inovação no serviço público, como o Sistema de Desenvolvimento na Carreira (Sidec).

## Confira o balanço do cumprimento do acordo de greve

### REAJUSTE SALARIAL

**Situação:** Cumprido, com atraso, por meio da Medida Provisória 1286, de 31 de dezembro de 2024, e posteriormente com o PL 1466/25.

**Problemas:** Há problemas no projeto de Lei aprovado, no qual não constam mais os anexos assegurando os valores de vencimento básico e retribuição por titulação.

### AGLUTINAÇÃO DAS CLASSES

A (1 e 2) e B (1 e 2) em uma única classe, a partir de janeiro de 2025, com tempo de permanência de 3 (três) anos, considerando a data de ingresso da/do servidora/servidor no cargo.

**Situação:** Cumprido, com atraso, por meio da Medida Provisória 1286/2024 e posteriormente com o PL 1466/25. A aglutinação tem gerado problemas em processos de reposicionamento e reenquadramento.

### LIBERAÇÃO DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA PARA DOCENTES EBTT

Reedição do Decreto nº 1.590/1995, cuja tramitação será providenciada, imediatamente, após a assinatura deste Termo de Acordo.

**Situação:** Parado na Casa Civil

Vale ressaltar: O ANDES-SN tem feito reivindicações frequentemente ao governo federal para a publicação imediata, mas ainda não foi atendido. Para piorar, o MGI publicou a IN71/2025, a qual avança em uma modalidade de controle de frequência.

### RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS (RSC)

**Situação:** O acordo quanto ao não recurso em processos que concedem o RSC a aposentadas/os foi aprovado pelo jurídico do MEC e segue para avaliação no MGI, o qual segue resistindo no cumprimento deste item.

### PADRONIZAÇÃO DAS REGRAS NACIONAIS PARA PROGRESSÃO DOCENTE

**Situação:** O Parecer 00182/2024 (Revisão de DECOR/CGU sobre Requisitos Legais na Progressão Funcional das Carreiras do Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino) busca unificar o entendimento das regras pelas instituições. Disponível na circular 532/2024 do ANDES-SN. A AJN está disponível para reuniões com as seções sindicais para as instituições que ainda não adequaram as regras.

### RECOMPOSIÇÃO DO CONSELHO PERMANENTE CPRSC

**Situação:** Cumprido parcialmente, com atraso, a portaria MEC nº6, de 03 de janeiro de 2025, com representação do ANDES-SN e outras entidades - ainda não houve reunião do Conselho.

### CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR E EBTT

Discussão do reenquadramento de aposentadas/os, "entrada lateral" e adicional de insalubridade.

**Situação:** O GT foi instalado em outubro e só teve uma reunião. O governo não apresentou avanços em nenhum dos itens.

# Seminários do ANDES-SN debatem condições de trabalho, saúde, previdência e fundos de pensão

**N**os dias 14 e 15 de junho, o ANDES-SN realizou importantes eventos organizados pelo Grupo de Trabalho de Saúde e Seguridade Social (GTSSA): o IX Seminário Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora Docente e o Seminário sobre a Funpresp e os Fundos de Pensão nos Estados, Municípios e Distrito Federal. As atividades ocorreram na sede do Sindicato Nacional, em Brasília (DF), e reuniram docentes de 16 seções sindicais.

A conferência com a professora Leny Sato, do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP), abriu o IX Seminário Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora Docente, na manhã do dia 14. A docente apresentou importantes reflexões sobre a relação entre trabalho e saúde, os impactos do neoliberalismo e os modelos de gestão do trabalho nas instituições públicas, com destaque ao produtivismo acadêmico e suas repercussões no sofrimento e desgaste na vida das e dos docentes.

## Enquete “Condições de Trabalho e Saúde Docente”

No período da tarde, foram apresentados os resultados preliminares da 2ª etapa da Enquete Nacional “Condições de Trabalho e Saúde Docente”, organizada pelo ANDES-SN por meio do GTSSA. A iniciativa teve como objetivo traçar um panorama das condições de trabalho e saúde das e dos docentes do ensino superior e do ensino básico, técnico e tecnológico, que atuam em universidades federais, estaduais e municipais, além de institutos federais e cefets.

Diferente da primeira fase, que ouviu docentes de 11 instituições, esta segunda etapa ampliou o alcance para 144 instituições, com a participação de 5.362 professoras e professores, sendo 4.783 na ativa e 579 aposentadas e aposentados. Do ponto de vista das e dos docentes em atividade, a enquete evidenciou a sobrecarga de trabalho e os impactos na saúde física, emocional e financeira da categoria. Também abordou aspectos como tempo de trabalho, condições estruturais e salariais, relações de trabalho e organização sindical.

O relatório final da 2ª etapa da Enquete Nacional será apresentado durante o 68º Conad, que será realizado entre 11 a 13 de julho em Manaus (AM).

## Funpresp e os demais fundos de pensão

No domingo (15), aconteceu o “Seminário sobre a Funpresp e os Fundos de Pensão nos Estados, Municípios e Distrito Federal”. A primeira mesa “Funpresp: balanço e atualização das campanhas do ANDES-SN sobre a temática e sobre os fundos de pensão dos estados, municípios e Distrito Federal”, contou com a exposição da 3ª vice-presidenta do ANDES-SN, Lucia Lopes.

A diretora do Sindicato Nacional afirmou que os fundos de pensão são mercadorias, e não direitos, por integrarem o capital financeiro. São enquadrados como investidores institucionais, que gerenciam grandes volumes de recursos em nome de terceiros, como as trabalhadoras e os trabalhadores. Atuam como principais financiadores de dívidas públicas e investem em setores diversificados - imobiliário, agropecuário, empresas. “Os fundos de pensão são um engodo, estão sujeitos às intempéries da economia e não oferecem a segurança de proteção”, reforçou.

Em seguida, a docente Sara Granemann, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora sobre fundos de pensão e previdência pública, fez uma análise crítica sobre o processo de desmonte da Previdência Social no Brasil e seu crescente envolvimento com o mercado de capitais, sobretudo com capitais fictícios, num processo de destruição dos sistemas solidários de previdência.

No período da tarde, os trabalhos foram retomados com debate sobre as lutas e novas estratégias em defesa da aposentadoria pública integral, com paridade, em desfavor dos fundos de pensão, com mediação da coordenação do GTSSA.

Lucia Lopes, também encarregada de Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN, destacou que os eventos tiveram um significado especial, também por serem as últimas atividades sob a atual coordenação do GTSSA. “Foram dois anos de muita dedicação, em que nos debruçamos sobre temas fundamentais, como a saúde do trabalhador e da trabalhadora docente, e também os fundos vinculados ao serviço público federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. Fizemos isso em diferentes momentos: nas reuniões do GT, em outros espaços

do sindicato e também junto às seções sindicais”, afirmou.

Confira a matéria completa sobre a cobertura dos Seminários no site do ANDES-SN. Clique no QR Code:



## Alguns destaques da enquete

### A rotina docente é marcada por intensa carga de trabalho:

- 41,7% reportaram uma jornada diária de 9 a 12 horas;
- 68,7% declararam trabalhar aos sábados e domingos, sendo que 38,5% disseram trabalhar frequentemente aos finais de semana;
- Mais de 82% relataram sensação de sobrecarga;
- 78,2% disseram se sentir sempre ou frequentemente pressionados/as para cumprir metas e prazos;
- 35,8% relataram responder mais de 20 mensagens de trabalho por dia, via aplicativos como o WhatsApp.

### As condições de trabalho também preocupam:

- 56,3% consideram a infraestrutura disponível nas instituições insatisfatória (40,4%) e muito insatisfatória (15,9%);
- Mais de 50% relataram acúmulo de função com serviços administrativos, burocráticos, limpeza, segurança e outros, em virtude da insuficiência de servidoras e servidores nas instituições.

### Do ponto de vista financeiro:

- 67,7% estão endividados, com financiamentos ou empréstimos;
- 35% realizam atividades extras para complementar a renda;
- Quase 60% tiveram seu salário corrigido abaixo da inflação.

### Os impactos sobre a saúde são evidentes:

- Mais de 51% responderam que a saúde piorou no último ano;
- 41% diminuíram a prática de exercícios físicos;
- 52,5% tiveram redução nas horas de sono;
- 48,8% observaram ganho de peso.

# 1953-2024: as greves e a construção do patrimônio das universidades federais

**H**á uma relação interessante entre os movimentos grevistas e os recursos das universidades federais, tanto de pessoal quanto de custeio e de investimento. A afirmação é do professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Nelson Cardoso Amaral. “A greve está relacionada com a expansão do dinheiro. Tive acesso a informações históricas sobre o financiamento das universidades e consegui elaborar um gráfico de 1956 até os dias atuais. Em grande parte do período dos militares não teve greve, a primeira foi em 1980. No finalzinho dos militares, as greves tiveram repercussão positiva”, afirma.

De acordo com o estudo, o valor total aplicado nas universidades federais, de 1956 a 2024, é de R\$ 2,368 trilhões. “Esse número mostra a dimensão do patrimônio construído no Brasil nesse período. É um grande patrimônio feito ao longo dos anos que não pode ser destruído, deteriorado. Agora, são 69 universidades e têm que manter o custeio, a compra de equipamentos, entre outros. Tento mostrar um pouco a dimensão disso e a defesa que tem que ser feita desse patrimônio”, destaca.

Segundo o professor, a relação com a duração da greve – dias parados – nem sempre tem retorno. “Não é a duração da greve. Depende de um monte de fatores: do

momento político, da força dos movimentos sindicais”, avalia. “O período de 1984, 1985, 1987 e 1989, após o governo militar e com a entrada de Sarney, foi o mais frutífero em termos de ganho salarial. Houve um salto de mais de R\$ 20 bi para R\$ 50 bi, foi um aumento aproximado de R\$ 30 bi”, acrescenta.

A greve de 1985 durou 45 dias, contou com a adesão de 19 universidades e teve como resultado o Novo Plano de Cargos e Salários para as IES fundacionais, com isonomia salarial, que entrou em vigor em janeiro de 1986. Algumas categorias docentes tiveram, em 86, ganho superior a 50%. “Foi feita a equiparação entre os salários das universidades [federais] que eram fundações, com as universidades [federais] que não eram fundações. O salário das fundações era mais alto que o salário das universidades [federais]. Não tinha equiparação salarial entre elas. Esse período aí foi o mais forte”, destaca.

Já em 1991, no governo Collor, as greves não tiveram repercussão positiva. “Em 1991, não teve salto nenhum. Temos que relacionar isso ao período Collor, foi um período difícil, não tinha como fazer greve, de ser valorizado. Depois, em 1993 e 1994, foi o período do Itamar e teve um leve aumento”, explica.

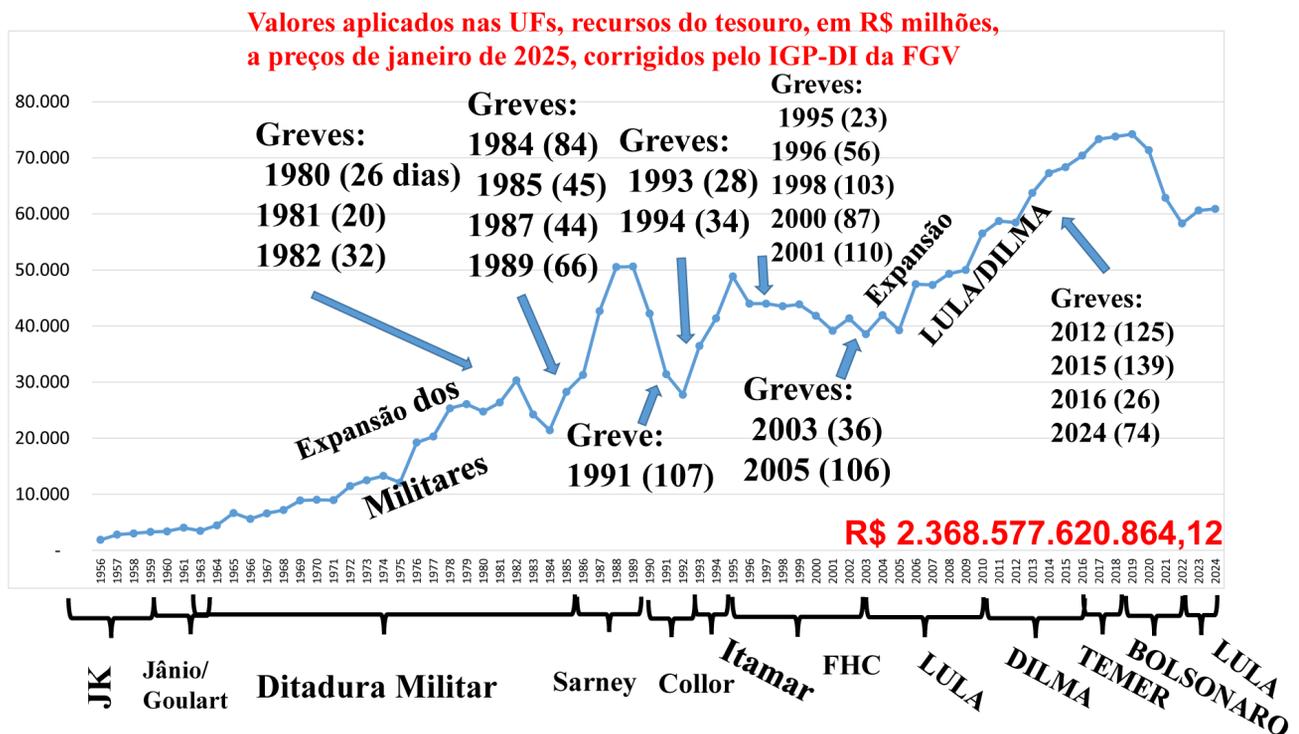
Para Nelson, que também é presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), as greves nos governos de Fernando Henrique

impediram retrocessos, mas não tiveram conquistas. “O período 1995, 1996, 1998, 2000 e 2001 não houve nenhuma vantagem. As greves fizeram não diminuir mais os valores, mas aumentar não”, reforça.

A partir de 2003, com o início do governo Lula, foram realizadas greves naquele ano, em 2005 e em 2008. “Nesse período, houve uma flutuação estranha: subiu, desceu, subiu, desceu. Depois teve o período de expansão que eu chamei de Lula-Dilma, porque foi o Reuni. O dinheiro aumenta pela expansão das instituições, quantidade de professores, professoras, técnicos e técnicas, construção de prédios, infraestrutura, entre outros”, explica.

Conforme a linha do tempo, novas greves foram realizadas em 2012, 2015 e 2016. “Nesse período, tiveram aqueles três reajustes parcelados. Em 2019, entra o governo Bolsonaro. Houve uma forte queda. Acredito que só não foi maior porque o STF [Supremo Tribunal Federal] determinou o pagamento da terceira parcela do governo Dilma. Em 2023, o governo Lula retorna e temos o último reajuste”, lembra Nelson.

Em 2024, a greve da categoria docente durou 74 dias e contou com a adesão de 62 universidades e diversos institutos federais. Como resultado, houve um reajuste linear de 12,8%, sendo 9% pago em 2 de maio, retroativo a janeiro de 2025, e 3,5% previsto para maio de 2026.



# Governo Trump intensifica campanha contra universidades nos EUA



Foto: Banco de Imagem

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, intensificou uma campanha sem precedentes contra diversas universidades do país – entre elas Harvard, Columbia e Princeton – usando cortes de verbas federais e ameaças de perda de isenção fiscal como formas de impor uma agenda política conservadora. Sob o pretexto de combater o antissemitismo, o governo exige o fim de programas de diversidade, a realização de auditorias externas em departamentos acadêmicos e maior controle sobre os processos de contratação e admissão – medidas criticadas como interferência direta na autonomia universitária.

Como forma de perseguir estudantes estrangeiros, a administração Trump editou um decreto proibindo a emissão de novos vistos estudantis, e retirou Harvard e outras instituições do programa de acesso a esses vistos. Estudantes de graduação e pós-graduação estrangeiros, incluindo brasileiros e brasileiras, relatam medo de deportação, incertezas quanto à renovação de bolsas e repressões veladas.

Gustavo Seferian, presidente do Sindicato Nacional, comenta que as medidas autoritárias, adotadas por Trump, têm impacto sobre a autonomia das universidades, a comunidade acadêmica

e representam riscos para o mundo todo. Para ele, as recentes sinalizações de cortes de verbas para as instituições vêm como uma chantagem declarada para que estas se alinhem com suas perspectivas de governo, subtraindo a autonomia para o empenho de atividade de pesquisa e interditando a atuação docente na promoção de campos teóricos – a exemplo do marxista – ou pautas políticas e sociais específicas – como a questão ambiental, questões de gênero, raça e sexualidade, dentre outras. Seferian lembra que, embora as universidades estadunidenses massivamente tenham parte de suas receitas advindas da iniciativa privada, guardam significativa parcela do orçamento vindos dos cofres públicos.

A retórica de Donald Trump, que associa as universidades a uma "agenda progressista", contribui para a desconfiança da população na ciência, além de ameaçar a produção de conhecimento, desenvolvimento de tecnologias e pesquisas. “Esta é, sem sombra de dúvidas, uma das questões mais significativas quanto à ofensiva do neofascismo sobre as universidades nos Estados Unidos e em todo o mundo. Digo isso em razão de tais medidas concretas promoverem uma deslegitimação social de tudo que advém das universidades –

instituições que tem uma historicidade própria, que conforma inclusive sua natureza de classe e limites estruturais –, que não podemos deixar de considerar como o construto mais democrático e permeável às disputas políticas da modernidade capitalista. Reside aí seu “perigo”: fazer com que as universidades não gozem de reconhecimento social, de sua importância, possam ser desmerecidas em seu exercício institucional e de seus agentes, é tarefa primeira daqueles que desejam destruí-las, a exemplo do que é o programa em definitivo de Trump, do trumpismo e daquilo que Michael Löwy vem chamando de uma “internacional marrom””, afirma o presidente do ANDES-SN.

Embora a perseguição às universidades e suas comunidades já tenha ocorrido no primeiro mandato de Trump, neste segundo termo houve uma escalada nos ataques ideológicos e institucionais, com a repressão a protestos e a perseguição a estudantes, em especial imigrantes. Em março, por exemplo, dois pesquisadores brasileiros tiveram vistos negados para participar de um evento no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

“Hoje estamos notando uma crescente perseguição a docentes, que correm risco de perder seus cargos, a interdição de

financiamento de projetos de amplo perfil crítico – não apenas com perspectivas marxistas, revolucionárias ou algo que o valha -, tendo inclusive impacto a realidade acadêmica brasileira – a exemplo dos colegas Marco Antônio Alves e Lorena Martoni, da FD-UFMG -, a expulsão e extradição de estudantes, dentre outras consequências”, ressalta Seferian.

Em fevereiro, o *Fulbright Specialist Program* impôs uma série de censuras ao projeto “The Critical Law Theory Dilemma: Contemporary Challenges”, coordenado pelo docente Marco Antônio Sousa Alves (UFMG) e pela docente Lorena Martoni de Freitas (Uemg). A partir das novas diretrizes políticas do governo Trump, o programa solicitou a supressão de termos como “opressões de gênero, classe e raça”, “direitos humanos”, “justiça social”, “interculturalidade”, “direitos civis e políticos” do projeto.

As políticas que minam a diversidade, a liberdade de expressão e a atuação crítica das universidades podem ter sérias implicações de longo prazo para o ensino superior nos EUA e no mundo. O presidente do Sindicato Nacional ressalta que as consequências tendenciais são as da corrosão do espaço crítico, da resistência não apenas no campo teórico, mas organizativo de docentes e estudantes, bem como a intensificação dos tentáculos do capital na vida universitária.

“É aqui estamos a tratar de diversos desses aspectos, que passam pelo financiamento e destinação das atividades universitárias em ensino, pesquisa e extensão para os interesses do capital, sobretudo na majoração de lucros e apropriação de saberes por meio de patentes pelo empresariado, quando não o direcionamento a práticas cataclísmicas como as de interesse da indústria bélica, a redução do interesse do ensino superior ante a precarização das condições de trabalho e redução de oferta de postos de trabalho, a promoção do pensamento único como referência de homogeneização do ser social, dentre outros aspectos. Isso tudo enseja uma disfuncionalização social universidade enquanto instituição pulsante e voltada a promoção dos interesses mais radicais da humanidade, se acorando diante do compasso destrutivo e privatista do capital”, aponta.

A realidade de ameaças à autonomia universitária nos EUA, infelizmente, não é exclusividade daquele país. Gustavo lembra que os ataques às universidades brasileiras – que nunca cessaram, seja pela diluição de seu potencial crítico,

desinvestimentos públicos, expansão insustentável e balizada na terceirização do trabalho e carência de perspectivas de permanência etc. – se recrudesceram após o golpe de 2016 e, sobretudo, durante a experiência de governo neofascista sob Jair Bolsonaro. “Nesse contexto, muito do que hoje se verifica se concretizando de modo forte e contundente nos Estados Unidos se ensaiou em nosso país: as marcas de obscurantismo, contrários à produção científica crítica e ao desenvolvimento tecnológico voltado para emancipação humana e promoção de toda forma de vida, deram vez à profusão de *fake news* que indicavam as universidades como um espaço da “balbúrdia”, deslegitimando sua existência, corroendo seus meios de sustento e legitimação social”, acrescenta.

O presidente do Sindicato Nacional reforça que é por meio do movimento sindical docente e do movimento estudantil organizados, e sua necessária relação

e articulação com outros movimentos sociais, que será possível fazer a luta em defesa da educação e da liberdade de cátedra, seja nos Estados Unidos ou no Brasil. “Assim como fizemos, o enfrentamento destas medidas passa pelas mais eficazes e tradicionais formas que o conjunto dos oprimidos e oprimidas experienciaram na defesa de seus modos de viver e reproduzir suas existências, não há nada de mágico ou novo. A ação coletiva, mobilizada, presencial e massiva é a única capaz de pôr freios a estas ameaças. Claro que as formas, ferramentas e métodos dependem de cada processo organizativo, de cada conjuntura, mas as formas de lidar com esses ataques, que nesse momento devem passar pelos nossos locais de trabalho, nossa construção – enquanto sindicato e articulada com outras entidades – em nível nacional, mas também internacionalmente, a fazer frente a tais ameaças que tomam o globo”, conclui.



# Dois anos intensos marcados por lutas e conquistas da categoria docente



No mês de julho encerra-se a gestão da diretoria que esteve à frente do ANDES-SN no biênio 2023/2025. Para falar sobre os desafios enfrentados no período, o InformANDES entrevistou Gustavo Seferian, que ocupou a presidência da entidade. Confira:

## Como você avalia esses dois anos de gestão do ANDES-SN? Quais foram os marcos da gestão?

Estes dois anos intensos foram marcados por lutas e conquistas de nossa categoria. Muitos marcos podem e devem ser registrados nesse processo.

Podemos dizer que o ANDES-SN contribuiu fortemente no pulsar das lutas sociais em nosso país, recolocando a greve enquanto ferramenta indispensável à nossa classe na promoção de suas reivindicações. Uma vaga importante iniciada

no âmbito das universidades estaduais – e tivemos greves nas piauiense, maranhenses, cearenses e mineiras – serviu de caldo e estímulo à greve no setor das federais, vinda em resposta à enrolação do governo federal quanto as reivindicações da campanha salarial aberta em 2023. Esta greve – uma das maiores, senão a maior já construída pelo ANDES-SN – expôs o caráter de classe do governo Lula-Alckmin e proporcionou saldos materiais – tímidos, é verdade, mas muito mais significativos que os originalmente propostos – e organizativos à categoria.

É nesse contexto que a luta contra a federação fantoche Proifes se coloca também como um saldo e marco do período. Intensificada desde a ebulição nas bases da entidade pelega, pode impor derrotas à entidade, expressas no retorno das bases da ADUFSCar e ADUFC ao ANDES-SN, bem como ao freio de seu intento de

expansão na Bahia. Grande parte desses saldos resultam da criação do GTO [Grupo de Trabalho de Organização Sindical das Oposições], importante ferramenta que devemos seguir fortalecendo na luta contra o divisionismo e o antissindicalismo.

Tema central abordado pela categoria no período foi o a carreira. Reafirmando princípios históricos e reforçando a carreira única, atualizamos nosso projeto de carreira em um Conad extraordinário, que proporcionou sua preparação o enraizamento de acúmulos sobre o tema ao conjunto da categoria.

A gestão, vale lembrar, iniciou sob os efeitos e consequências do golpismo do 8 de janeiro de 2023. Construir uma série de ações voltadas à memória, verdade, justiça e reparação – inclusive um grande seminário em 2024, nos marcos da efeméride dos 60 anos do golpe – nos fortaleceu no embate para responsabilização dos agentes golpistas de ontem e hoje.

Um sindicato classista é aquele que luta contra todas as formas de opressão. E, desde os acúmulos do GTPCEGDS [Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual], foi possível nos alçar a lutas importantes pela visibilidade trans, anticapacitistas e antirracistas. No último tocante, a construção da campanha “Sou docente antirracista” e a luta pela efetividade, perpetuação e ampliação das cotas raciais marcou o biênio.

No que se refere às relações internacionais do ANDES-SN, pudemos estreitar relações com entidades sindicais de docentes de outras nacionalidades, sobretudo da América Latina. Momento crucial nesse processo foi a construção no III Encontro Mundial Contra o Neoliberalismo na Educação e o abrir de perspectivas de articulações mais amplas de natureza classista para o próximo período. Também as ações de solidariedade contra o povo palestino marcaram esse período.

Um olhar ao nosso futuro também marcou nossa construção sindical de 2023-2025. Recolocamos uma série de questões imprescindíveis quanto ao tema das aposentadorias, seguindo na luta pela revogação de todas as contrarreformas e a garantia de paridade e integralidade de proventos. Uma série de ações, como

seminários e encontros, foram realizado, bem como a ampla campanha contra a Funpresp.

Tratando ainda do nosso futuro, o assumir em profundidade das pautas socioambientais parece ter sido uma das marcas dessa gestão. Não só pelas importantes resoluções aprovadas quanto ao tema, que nos armam no enfrentamento à crise climática, mas também pelo estreitamento de relações com movimentos sociais que colocam no cerne de sua existência a luta por uma vida mais harmônica com a natureza, como é o caso do MST, do MAM e do movimento indígena.

Por fim, não podemos deixar de ressaltar que construímos um novo plano geral para nossa comunicação sindical, potencializando essa fundamental ferramenta para nossa luta.

### **Quais foram os principais desafios enfrentados pela diretoria no biênio 2023/2025, em termos da conjuntura internacional, nacional, e também dentro do movimento docente?**

A conjuntura em que esta gestão se colocou foi marcada por imensa turbulência: uma guerra interimperialista na Ucrânia, o aprofundamento do genocídio palestino pelo Estado sionista de Israel, acompanhado do fortalecimento da extrema direita em escala planetária – donde a reeleição de Trump é sua mais emblemática expressão –, se somam à intensificação da crise climática como sinais da barbárie inerente ao modo de vida capitalista. No Brasil, a marca do genocídio contra negras, negros e indígenas se aprofunda, enquanto que a extrema direita segue com imensa influência popular ante a torpeza social-liberal, que com sua agenda econômica e alinhamento com a burguesia só proporciona o fortalecimento do caráter autocrático do Estado brasileiro. Os efeitos da pandemia, da crise climática – a exemplo do que se viu com as enchentes no Rio Grande do Sul, secas na Amazônia e grandes queimadas em todo o país – o esvaziamento dos espaços de trabalho e o achatamento da renda das e dos docentes foi também sensível no período e nos desafiou na construção de bons embates.

### **E quais os avanços conquistados nesses dois anos?**

Quero, antes de tratar dos saldos materiais resultantes das greves e lutas diversas, apontar um avanço que me parece fundamental no período: o ANDES-SN termina este biênio maior do que

começou. Digo isso não só pela reincorporação da ADUFSCar e da ADUFC à sua base, mas também pelo fato de termos um incremento significativo de sindicalizados e sindicalizadas nas mais diversas seções sindicais do país. Esse incremento na sindicalização, vindo na contramão de tendência global quanto a sindicalizações, está em direta correlação com os processos de lutas, mobilizações e greves construídos pela categoria. Não há como não reconhecer esse fato como uma conquista.

Demais disso, as diversas greves tiveram saldos importantes – ainda que insuficientes – quanto a recomposição salarial, investimentos públicos na educação e abertura para diálogos para o trato de matérias de interesse docente dos mais diversos. Inegável, ademais, que a ampliação das cotas raciais teve direta correlação com nossas lutas.

### **Considerando esse balanço, quais as perspectivas para o próximo período?**

As perspectivas que se lançam ao

próximo período passam pela imprescindibilidade de que o ANDES-SN e nossa categoria docente sigam se fortalecendo. Nada é mais desejoso e necessário para o enfrentamento dos desafios conjunturais que se avizinham. A próxima gestão não só se iniciará em um contexto turbulento e de ataques – em que a orquestração de uma contrarreforma administrativa se coloca na ordem do dia –, mas também marcada pelo contínuo da política econômica pautada pelo capital financeiro e a que os governos – em todos os três níveis – do país endossam e reproduzem. A continuidade das lutas pela efetivação do Termo de Acordo nº 10, firmado ao fim da greve das Federais, o embate pela promoção do 10% do PIB para a educação pública e a incisão ativa no processo de reorganização da classe trabalhadora são também importantes desafios, em escala local, nacional e internacional, para o nosso sindicato. As eleições presidenciais de 2026 também não serão um tema menor. Nosso desejo é de grande trunfo na luta à diretoria que assume a gestão em 11 de julho!



# Arte e luta: a história de um dos primeiros cartazes produzidos para o ANDES-SN

A arte é uma das ferramentas utilizadas para divulgar lutas sindicais. Diferentes expressões artísticas podem ser usadas para dialogar tanto com a categoria quanto com a sociedade em geral, sensibilizando e ampliando a consciência sobre temáticas da classe trabalhadora.

Os cartazes de divulgação dos eventos sindicais são um dos tantos espaços onde a arte se expressa para sintetizar pautas. O que se sabe ser o primeiro cartaz feito para o ANDES-SN - quiçá o primeiro -, quando ainda era a Associação Nacional de Docente de Ensino Superior, no início da década de 1980, foi produzido com base em xilogravuras. Quem conta a história é o autor do cartaz, o professor aposentado da

Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás (UFG), José César Teatini de Souza Clímaco.

“Entrei na Universidade Federal de Goiás, como professor, no início do ano de 1980. No final desse mesmo ano, aconteceu a primeira greve nacional dos professores das Universidades Federais brasileiras. Participei ativamente da greve, assim como das outras que se sucederam. Integrei-me à recém-criada, em 1979, se não me engano, ADUFG – Associação dos Docentes da UFG, quando fui representante de minha Unidade, o então Instituto de Artes, convivendo com professores das diversas Unidades da UFG. Foi então criada a Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior – a ANDES, que posteriormente viria a se tornar Sindicato

Nacional. Como era professor de Artes Plásticas fui convidado para fazer um cartaz para a ANDES, se não me engano para o primeiro congresso. Não sei se isso foi no ano de 1981 ou 82”, contou o docente.

Segundo o artista Zè César, na época ele estava desenvolvendo uma série de gravuras – gravura em metal, xilogravura, serigrafia e monotipia – com o tema “Homens e Instrumentos”. A série era composta por figuras humanas, pessoas portando ferramentas de trabalho, instrumentos musicais ou armas.

“Foram em torno de umas vinte gravuras. Para o cartaz, mantive a mesma estética e temática, acrescentando apenas um ‘quepe’ desses que se usam em formaturas e um papel enrolado sugerindo um diploma, para trazer o tema para dentro da Universidade. Recordo-me que alguém à época, um professor ou professora, comentou que havia uma sugestão de integração entre povo e Universidade”, comentou. “Recentemente, alguém me disse que esse foi o primeiro cartaz da/do ANDES, coisa que me surpreendeu e me deixou orgulhoso de participar da história desta importante entidade”, acrescentou. A possibilidade está em investigação pelo Centro de Documentação (Cedoc) do ANDES-SN.

Para o docente, a arte – em suas diferentes modalidades – é uma forma de expressão, de conhecimento, uma maneira de apresentar, refletir ou discutir o mundo, a realidade, uma cultura, o momento. “A arte não tem que ser necessariamente política, mas de alguma maneira pode-se dizer que ela é política, no momento em que a visão do artista reflete, de alguma forma, o mundo em que vive e pode nos fazer pensar, refletir sobre a vida e o momento em que vivemos”, afirmou Zè César.

O professor da UFG ressaltou que a arte pode tocar as pessoas de uma forma subjetiva, mais sutil, mais sensível. “Nesse sentido, acho legítimo o uso da arte como ferramenta para a luta sindical, porque pode ajudar a chamar à reflexão, chamar a atenção para os problemas do cotidiano, do trabalho e do trabalhador, e, inclusive, despertar para a luta. Ninguém pode viver sem arte. Imagine-se um mundo sem música, sem dança, sem teatro, sem cinema, sem circo, sem as artes visuais, creio que é inimaginável uma vida sem artes”, concluiu.

